

A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE INDIVÍDUOS SURDOS FILHOS DE PAIS OUVINTES, À LUZ DA PSICANÁLISE

Pamela Marafon do Lago¹

Luana Bonavigo²

Jefferson João dos Santos³

Mariana Letícia Chiarello⁴

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como ocorre o processo de constituição da subjetividade do sujeito surdo filho de pais ouvintes. Essa pesquisa segue o método fenomenológico, com planejamento descritivo e exploratório, delineado pelo método de levantamento ou survey, e teve como ferramenta de pesquisa uma entrevista semiestruturada registrada por imagem e voz, realizada na Associação de pais e amigos de deficientes auditivos e visuais de Xanxerê (APADAVIX); onde foram entrevistadas 07 pessoas contendo grau de surdez moderada ou severa, ao nascer, ou adquirida nos primeiros dois anos de vida. Foram incluídos na pesquisa os entrevistados contendo idade acima de 18 anos, não havendo distinção entre sexo, discriminação de orientação sexual ou identidade de gênero, etnia, classes ou grupos sociais. A presente pesquisa configura-se como qualitativa. Foram excluídos da pesquisa os indivíduos filhos de pais surdos ou que não possuem conhecimento da língua brasileira de sinais (Libras). Como resultados da pesquisa, compreende-se que a constituição da subjetividade do sujeito surdo exige não apenas a presença de um Outro que o deseje, mas que o reconheça em sua diferença, o que implica acolher e ofertar a Libras desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: Indivíduo surdo; Subjetividade; Psicanálise.

1 INTRODUÇÃO

Para Rey (2011, p. 30) a subjetividade é “[...] definida não apenas como organização intrapsíquica individual, mas como produção diferenciada e simultânea de sentidos subjetivos em dois níveis estreitamente relacionados: o individual e o social”. Ou seja, a subjetividade é formada tanto por processos internos quanto por influências externas, como as normas, valores e relações sociais. Esses dois níveis (individual e social) estão profundamente intrincados e se influenciam mutuamente na construção do sentido que uma pessoa dá a si mesma e ao mundo.

O indivíduo surdo é cientificamente classificado como deficiente auditivo, com representação na Classificação Internacional de Doenças pelo CID H90, que caracteriza a pessoa portadora de perda auditiva por transtorno de condução e/ou neurossensorial (OMS, 1997). Apesar de apresentar suas condições cognitivas intactas, ainda é, na contemporaneidade,

¹ Graduanda em Psicologia (UCEFF, 2025). E-mail: pamela.lago@uceff.edu.br.

² Docente de Psicologia (UCEFF, 2025). E-mail: luanabonavigo@uceff.edu.br.

³ Docente da UCEFF.

⁴ Docente da UCEFF.

considerado um ser inferior ao grau de instrução e, sem autonomia, que apresenta dificuldades de desenvolvimento nos âmbitos acadêmicos e profissionais. Pode-se supor que isso está relacionado ao despreparo social e familiar, na dinâmica de estimular esse sujeito, fazendo com que ele não tenha contato com a Libras desde os primeiros anos de vida (Gonçalves, 2017).

No dia 24 de abril de 2002, o Congresso Nacional sancionou a Lei n.º 10.436 e reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão no território brasileiro (Brasil, 2002). Apesar dessa conquista, o acesso ainda não é uma realidade para as famílias com filhos surdos, visto que, alguns indivíduos permanecem durante anos, sem ter nenhum contato com outras pessoas pertencentes à comunidade surda, dificultando no seu processo de formação de identidade e subjetividade. Esse afastamento coletivo, que surge a partir da falta na capacidade de comunicação de forma oralizada, pode gerar rupturas em seu processo de constituição subjetiva. Podendo causar conflitos intrapsíquicos e, até mesmo, formações traumáticas e sintomas (Solé, 2005).

Diante disso, essa pesquisa se coloca a responder: **Como ocorre o processo de constituição da subjetividade de indivíduos surdos, filhos de pais ouvintes?** O objetivo geral desta pesquisa é analisar como ocorre o processo de constituição da subjetividade do sujeito surdo, filho de pais ouvintes. Como objetivos específicos, compreendem-se: a) Analisar a relação entre o processo de aquisição da linguagem e a constituição da subjetividade em indivíduos surdos filhos de pais ouvintes; b) Investigar a percepção do sujeito surdo sobre sua identidade e sua relação com o meio social; e, c) Avaliar os efeitos do processo de constituição de subjetividade refletida na adultez do sujeito surdo, à luz das teorias psicanalíticas.

A demanda social da população surda é representada por 1,5 bilhões de pessoas que possuem algum grau de deficiência auditiva, segundo dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no ano de 2021 (OMS, 2021). No âmbito nacional, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 10 milhões de pessoas possuem algum grau de deficiência auditiva, destes, 2,3 milhões se enquadram nos critérios do que a lei considera como deficiência auditiva (IBGE, 2021).

Historicamente, a comunidade surda enfrentou diversas formas de discriminação, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento da língua de sinais como forma legítima de comunicação.

Durante muito tempo, a abordagem oralizada, que priorizava a fala e desencorajava o uso da língua de sinais, dominou as práticas educacionais, resultando na marginalização da cultura surda e na negação de sua identidade linguística. Um marco importante dessa exclusão foi o Congresso de Milão, em 1880, no qual foi proibido o uso da Libras nas escolas, o que

causou décadas de repressão linguística. Essa decisão teve consequências profundas na valorização identitária e no acesso à educação da população surda (Skliar, 2015).

Nesse contexto, a justificativa dessa pesquisa nasce da necessidade de compreender a linguagem da comunidade surda, com intuito de contrapor o preenchimento de uma lacuna pouco explorada na literatura e, quando há, mostram-se de forma pouco explanatória e/ou aprofundada, pelo fato de ser muito comum os ouvintes falarem e disporem pela população surda. Dessa forma, desenvolve-se aqui o interesse em realizar uma pesquisa que proporcione o contato direto com o discurso das pessoas surdas e, também, que lhes permita expressar vividamente suas experiências.

2 REVISÃO TEÓRICA

Nesse tópico serão abordados assuntos voltados à linguagem, e como ela pode influenciar na constituição da subjetividade do sujeito, nas perspectivas do indivíduo surdo, oralizado ou sinalizado. Serão trazidos vários autores de referência que contribuíram com o olhar para essa temática tão socialmente presente de forma histórica e contemporânea. Essa pesquisa, planeja alcançar essa jornada linguística presente na formação do sujeito, para mais adiante focar o olhar para o indivíduo adulto surdo.

2.1 A LINGUAGEM E A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE

O ser humano é constituído a partir de sua linguagem. É observado que em todas as culturas e, sob variadas representações, durante a evolução humana, nos deparamos com gestos que se tornam símbolos, utilizados como forma de comunicação. O indivíduo se identifica, compreende, e constrói memórias através da sua fala, do seu discurso (Pokorski; Pokorski, 2012).

Nesse mesmo pensamento, Foucault (1966/2016), é pontual ao estabelecer que a linguagem e o sujeito possuem uma relação intrínseca. E isso se deve ao fato de que através da linguagem, o homem conhece ao mundo e a si, se estruturando através da organização e elaboração de pensamentos. Enfatiza, ainda, que o indivíduo não pode ser separado da linguagem, pois a ela é dado todo o poder de relação e comunicação presente no mundo.

Saussure (1916/2015), em suas contribuições sobre a linguagem; faz definição como sendo um sistema histórico que abrange todo o arcabouço individual e social, traçando o sistema de signos verbais. Para o autor, a língua e a fala se diferenciam e não podem ser confundidas,

pois a língua é homogênea dentro do seu grupo, considerando as vivências, e diferentes culturas de determinado grupo, entretanto, a fala não é a mesma, pois se difere em seus significantes, cada indivíduo representará sua própria história no que é falado, carregada de subjetividade.

Para Lacan, os signos representam ao sujeito algo detentor de valor simbólico, o qual pode produzir uma cadeia de significantes, que estão espalhados pela robustez social, resultando no nascimento da linguagem. O termo linguagem possui um significado bastante amplo, por ser nela que está depositado todo valor de significantes, e logo, de significação, e não se restringe a uma forma específica ou particular de comunicação, como a oralização, por exemplo, pois a comunicação “[...] é da natureza da linguagem — não digo da fala, digo da própria linguagem” (Lacan, 1953/1998, p. 43).

Ainda para Lacan, no livro 3 as psicoses, sobre a linguagem de surdos:

“Com efeito, o surdo-mudo, embora registrando a sucessão que lhe é proposta, pode muito bem não compreender nada se a gente se dirige a ele numa língua que ele ignora. Como aquele que escuta o discurso numa língua estrangeira, terá visto perfeitamente a dita frase, mas será uma frase morta. A frase só se torna viva a partir do momento que ela apresenta uma significação.” (LACAN, 1956/1998, p. 162)

É nesse sentido em que Solé (2005, p. 118) contribui afirmando que “[...] a linguagem preexiste ao sujeito, e esse, estando inserido nela, estará habilitado para falar uma língua; é prioritariamente disso que depende sua possibilidade de “falar” uma língua e não sua condição auditiva.” Nesse contexto, seja o indivíduo surdo ou ouvinte, trará consigo os seus desejos para expressá-los através da linguagem oral ou sinalizada. Favorecer esse cenário, faz com que o indivíduo assuma o papel de protagonista de sua própria história.

Winnicott (1964/2020) enfatiza que, no início do desenvolvimento humano, o ambiente ao qual a criança é inserida, é representado especialmente pela presença da figura materna, desempenhando um papel de modo a suprir as necessidades da criança. Quando esse entorno é denominado suficientemente bom, pode propiciar ao bebê o alcance de suas satisfações e necessidades físicas e emocionais. Existem situações, em que este ambiente ideal falha, que atravessa o processo de continuidade de ser da criança, prejudicando o desenvolvimento do bebê. Este processo está relacionado às fases iniciais da relação entre mãe e filho.

No ato de amamentar, além do alimento, o bebê recebe os cuidados da mãe. O ser segurado nos braços, junto ao calor do corpo materno, sente o cheiro e os embalos; “[...] é carregado, manipulado, esfregado, lavado, acariciado, e tudo geralmente acompanhado de um banho de palavras e de cantarolar” (Solé, 2005, p. 111). Toda essa atividade conduz

gradualmente a criança a fazer a separação do que está fora e o que está dentro. Dando espaço para a construção psíquica a partir dessa comunicação relacional entre pele da mãe-bebê.

Nesse sentido, toda essa produção de anúncios através da pele, essa mesma pele que representa um invólucro ao qual a criança está inserida, provoca inconscientemente uma separação entre o físico e o psíquico, como aprofunda Anzieu (1985-1989/2018, que cria o termo Eu-pele. Pensando na própria pele como a camada que experiencia todos os estímulos, a partir da superfície do corpo. O conteúdo psíquico, o Eu da criança, é representado por uma casca batizada de Eu-pele, protetora dos conteúdos psíquicos. Descrita como uma diferenciação entre o eu psíquico e o Eu corporal.

Winnicott (1964/2020, p. 27) sobre o desenvolvimento emocional primitivo, abrange três tarefas principais: “[...] a integração do eu, a psique que habita o corpo e a relação objetal.” A relação objetal com a mãe se divide em dois tipos: a mãe-ambiente, que é humana, e a mãeobjeto, percebida como uma coisa; essa comunicação entre o bebê e a mãe ocorre através dessas duas relações. De modo que a falta da mãe-objeto pode ser compensada pela presença da mãeambiente, torna-se um suporte seguro ao se colocar na perspectiva da criança diante de suas necessidades. Assim, podemos entender a interação inicial entre mãe e bebê como uma forma de comunicação primitiva, uma linguagem não verbal essencial.

Com base na perspectiva lacaniana, a constituição da subjetividade partiria de uma premissa inicial, por meio da sedimentação de imagens ideais, a partir do momento em que a criança se depara com um corpo, uma imagem no espelho, separado do todo. Esse processo de introjeção, de valorização do ideal dos pais, faz com que as imagens, aos olhos da criança, se tornem de grande valor (Lacan, 1954-1955/2009).

De acordo com Freud (1914/2010), a subjetividade está ligada ao eu ideal, que ocorre independentemente de serem indivíduos ouvintes ou surdos. É um processo baseado na projeção dos ideais e dos traços desejados de outro, que também é um idealizador. Os pais, ou qualquer outra figura que exerça essa função, têm um papel crucial, servindo como modelo de valor, traços de caráter a serem desenvolvidos e expectativas. Os filhos, por sua vez, tornam-se os receptores, recebendo o investimento narcísico que pode ter sido frustrado ou renunciado na história dos pais. Isso inclui tudo aquilo que os pais não conseguiram conquistar.

Enfim, Solé (2005), pelo anseio de pesquisar a subjetividade, como precursora da essência da constituição humana, de forma a abordar a complexidade e sutileza desse processo. Evidenciando pelas teorias e demais pesquisas que a linguagem, tanto verbal quanto não verbal; estabelecendo a linguagem como uma ferramenta essencial para o processo de construção da subjetividade, sendo moldada ao longo da vida por interações familiares e socioculturais.

Assim sendo, as visões de Freud (1914/2010), Winnicott (1964/2020) e Lacan (1953/1998) sobre a linguagem e a subjetividade estão conectadas. Winnicott (1995/2020), enfatiza a relevância da relação inicial entre mãe-bebê, apresentando a comunicação não verbal como fundamental na formação emocional da criança, objetivando a segurança da figura materna. Freud (1914/2010), ao complementar essa ideia, aponta que a subjetividade se fecunda por meio da projeção de ideais parentais, onde as expectativas e valores dos pais são internalizados. Essa internalização funciona como um espelho que reflete tanto os desejos quanto as frustrações. Lacan (1954-1955/2009), por sua vez, introduz o conceito do espelho como um ponto crucial para a formação do eu, no qual a criança se vê, logo, se reconhece como um ser separado e começa a moldar sua identidade a partir de imagens ideais.

2.2 SURDEZ E A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO FAMILIAR

A relação entre surdez e subjetividade é um tema complexo que requer uma análise cuidadosa dos fatores que influenciam a formação da identidade de sujeitos surdos. Para Lacan (1975/2007, p. 19), “[...] o corpo tem alguns orifícios, dos quais o mais importante é o ouvido, porque ele não pode se tapar, se cerrar, se fechar”. Essa afirmação sugere que a escuta desempenha um papel fundamental na constituição da subjetividade. Ao considerarmos um bebê surdo desde o nascimento, surge a inquietação sobre a escuta, especialmente a da voz materna, que é crucial no processo de subjetivação. Mesmo na ausência da fala oralizada, o sujeito surdo continua a se comunicar, possuindo uma linguagem própria que expressa o desejo.

No entanto, para que essa subjetividade se desenvolva, é essencial que o sujeito não esteja simbiotizado à mãe, permitindo assim o emergir de uma linguagem que reflete sua própria identidade.

Entretanto, é crucial considerar o contexto em que a maioria dos surdos está inserida. De acordo com a pesquisa “Figurações parentais: Surdos na contemporaneidade”, 98% dos surdos são filhos de pais ouvintes (Santos, 2009). A chegada de um bebê surdo em uma família composta majoritariamente por ouvintes gera uma ruptura com o ideal de um filho perfeito.

Esse choque pode desencadear um luto pela idealização narcísica da criança, levando, em alguns casos, a mãe a desempenhar um papel de autopreservação através do filho. Essa negação da nova realidade impede que a criança surda tenha a oportunidade de se afirmar como um indivíduo autônomo, resultando em um processo de subjetivação limitado e dependente da visão materna (Solé, 2005).

Ainda, com a chegada desse recém-nascido surdo no contexto familiar, é causado um rompimento na continuidade da história dessa mãe, pois a adaptação bem-sucedida à chegada do recém-nascido é um processo complexo que exige um ajuste significativo na percepção temporal e identitária da mãe. A capacidade da mãe de integrar o novo ser à sua narrativa pessoal e de manejar as demandas emocionais associadas é crucial para sua saúde mental e para o desenvolvimento harmonioso da relação mãe-filho (Aulagnier, 1999).

Para a psicanálise, nosso primeiro contato com o mundo externo ocorre através de nossos cuidadores, especialmente a mãe. O afeto e a conexão que se estabelecem nesse momento inicial são fundamentais, sendo mediados pelos sentidos. No caso de crianças surdas, essa “falta” sensorial pode ser vista sob a perspectiva clínica de Solé (2005), que argumenta que a surdez, quando associada a pais ouvintes, pode levar a prejuízos significativos na formação da linguagem e da subjetividade. A autora aponta, também, que a ausência de uma comunicação adequada, aliada à representação sociofamiliar da surdez, contribui para o sofrimento psíquico desses indivíduos.

Nessa mesma perspectiva, Dolto (1971-1973/2020, pág. 121), cita que “[...] de nada serve se o sujeito é confrontado, de fato, com a falta de um espelho de seu ser no outro”. Ou seja, para que a criança se reconheça como sujeito, é necessário que ela se veja refletida no desejo e no olhar de um outro significativo — geralmente a mãe ou o cuidador principal. No caso de crianças surdas, essa função de espelhamento pode ser comprometida quando não há uma comunicação afetiva eficaz.

Solé (2005) destaca que o ambiente de silêncio em que muitos sujeitos surdos se encontram pode ser adoecedor. Após o diagnóstico da surdez, os cuidadores perdem frequentemente o interesse em compartilhar informações sobre o mundo externo com a criança, resultando em um desejo materno ausente, que se torna uma fonte primária de sofrimento. Essa dinâmica reforça a importância da comunicação, não apenas como um meio de troca, mas como um elemento essencial na formação da subjetividade, como também é ressaltado por Vygotsky (1995, p. 67, **tradução nossa**): “[...] a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um meio de pensamento, e a consciência se desenvolve principalmente com a ajuda da linguagem e surge da experiência social.”

No entanto, frequentemente, a mãe assume o papel de porta-voz do filho surdo, comunicando suas experiências e desejos para o mundo a partir de sua própria perspectiva. Essa dinâmica pode levar à omissão da voz e das experiências do sujeito surdo, resultando em uma construção de identidade que não lhe pertence de fato. Solé (2005) descreve essa situação como

uma referência à “sombra falada”, onde a mãe se torna a intermediária entre o filho e o mundo, impedindo o avanço do sujeito em sua própria subjetividade.

Quando os pais recebem orientações adequadas sobre a relevância da Libras no desenvolvimento de seus filhos, incluindo aspectos como comunicação e expressão, podem evitar diversos prejuízos cognitivos e emocionais. A aceitação da surdez pela família e o aprendizado da língua de sinais são fundamentais, por potencializarem os benefícios tanto para a criança quanto para a dinâmica familiar (Solé, 2005). Um ambiente familiar que valoriza a comunicação compartilhada cria as condições necessárias para que a criança surda se desenvolva de maneira mais saudável e integrada, permitindo uma vivência plena de sua identidade.

Essas abordagens permitem perceber que a surdez, longe de ser apenas uma limitação, apresenta desafios e possibilidades únicas para a constituição da subjetividade. O reconhecimento das diferentes formas de comunicação e expressão, bem como a importância do ambiente afetivo na formação da identidade, nos convidam a repensar as práticas educacionais e clínicas voltadas para sujeitos surdos. Promover um espaço que valorize tanto a língua de sinais quanto a comunicação não verbal pode ser fundamental para o desenvolvimento de uma subjetividade plena e integrada, respeitando as particularidades de cada indivíduo. A reflexão sobre a surdez, assim, não se restringe ao diagnóstico clínico, mas se expande para uma compreensão mais profunda das relações interpessoais e da construção da identidade no contexto da diversidade humana.

2.3 SURDEZ E A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO SOCIAL

A comparação com a lenda grega de Procusto citada por McDougall (1991), é reveladora. Procusto oferecia uma hospitalidade cruel, ajustando suas vítimas a uma cama de ferro de forma violenta, esticando-as ou amputando partes de seus corpos. Essa metáfora se aplica à experiência do sujeito surdo na sociedade contemporânea, onde as tentativas de inseri-lo em um contexto oralizado muitas vezes resultam em um enquadramento que nega sua individualidade e potencialidades. A pressão para que o surdo se adapte a um modelo que não lhe é inerente pode silenciar sua subjetividade, desconsiderando suas capacidades e experiências únicas (Solé, 2005).

Esse desejo social de incluir o sujeito surdo em uma sociedade dominada pela oralidade, busca aproximá-lo de uma subjetividade que não lhe pertence, impossibilitando o desenvolvimento de uma identidade própria. Uma capacidade de fala, por si só, não garante a

existência de um sujeito plenamente formado. Como argumenta Sales (2010), o sujeito é definido pela presença da linguagem, e não apenas pela fala. Portanto, é crucial que a educação especializada para surdos promova não apenas a aquisição de habilidades linguísticas, mas também o respeito e a valorização de suas identidades.

Segundo Perlin e Strobel (2014), a história da cultura surda, antes fomentada na vontade de encaixar as pessoas surdas numa sociedade construída e pensada para ouvintes, também nasce a ressignificação dessa dominação, e o desejo em reescrever a história, a partir do protagonismo do próprio sujeito surdo.

A história cultural é uma nova interpretação de caminhos percorridos, para a deferência do povo surdo, dando lugar à sua cultura, valores, hábitos, leis, língua de sinais, bem como à política que movimenta tais questões, e não mais a excessiva valorização da história registrada sob as visões do colonizador, uma história que dá lugar ao sujeito. Ela não interpreta o sujeito como algo fora de contexto, inventado, mas o sujeito como instrumento histórico no sentido e no significado (Perlin, Strobel, 2014).

A cultura surda é tão significativa, que Wrigley (1996) *apud* Perlin e Strobel (2014), afirmam que sob a perspectiva dos surdos, o ato politizado de afirmar uma surdez desde o nascer, está relacionado a uma identidade positiva, no sentido de não estar “contaminado” pelo mundo dos ouvintes e suas limitações epistemológicas ligadas ao som. A “pureza” do conhecimento dos surdos, a verdadeira surdez, resultante da superação dessa distração, é vista na cultura surda como um distintivo. Seria ainda mais valorizado se os familiares, principalmente os pais, também fossem surdos.

É vista a necessidade de inserção do indivíduo surdo na sociedade/cultura surda, para contribuir nessa perspectiva, a importância desse enfoque não se limita apenas à aprendizagem linguística, mas se estende à formação da identidade dos indivíduos surdos, uma vez que a língua de sinais proporciona uma compreensão mais profunda do mundo e serve como um veículo para construir sua própria narrativa por meio das interações sociais. Com isso, Foucault (1969/2012), afirma que:

Temos que admitir que o poder produz saber [...]; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem, então, ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria livre ou não em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o saber-poder, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que

determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento (1969/2012, p. 30).

Em suma, o uso da linguagem e a inserção no contexto familiar e social, são fundamentais para a formação de uma identidade saudável e autônoma nos indivíduos surdos. Para que isso ocorra, é imprescindível que as famílias sejam apoiadas em sua adaptação à nova realidade, compreendendo a importância da Libras não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas como um elemento central na construção da subjetividade e da identidade de seus filhos. O respeito à diversidade e a promoção de um ambiente inclusivo são essenciais para a sociedade poder reconhecer e valorizar a riqueza da experiência surda, contribuindo para um mundo onde todos tenham a oportunidade de se expressar plenamente e viver suas histórias de maneira autêntica.

3 METODOLOGIA

Para orientar essa pesquisa foi utilizado o método fenomenológico. “A pesquisa fenomenológica parte da compreensão de nosso viver, não de conceitos, definições que orientam o pesquisador àquilo que vai ser investigado” (Figueiredo *et al.*, 2014, p. 38).

A pesquisa se define com planejamento descritivo com caráter exploratório, compreendendo-se num conjunto de informações mais específicas e detalhadas sobre o tema a ser investigado.

Segundo Gil (2022), o nível de pesquisa descritivo é definido com base na descrição de uma população ou mesmo fenômenos que possuem relações de variabilidade, as pesquisas descritivas que visam captar as opiniões, atitudes e crenças de uma população; “[...]”

Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias” (GIL, 2022, p. 42).

Essa pesquisa se enquadra no método *survey*, sendo para Appolinário (2004), enquadrado na tipologia descritiva, visando identificar o estado atual de determinado fenômeno. Pode se encaixar no método mais simplista de pesquisa, consistindo em uma coleta de dados seguida de uma descrição. A pesquisa de levantamento (*survey*) se mostra muito útil em estudos exploratórios de fenômenos que ainda não foram bem conhecidos.

O instrumento utilizado para o alcance dos objetivos foi a aplicação de uma entrevista semiestruturada registrada por imagem e voz. Para Gil (2022), a entrevista pode ser realizada com um público mais amplo, incluindo aqueles que não sabem ler ou escrever. Além disso, é importante destacar que esse formato permite que o entrevistador ofereça suporte ao

participante que tenha dificuldades em responder, além de possibilitar a observação do comportamento não verbal do entrevistado.

As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas presencialmente, contando com somente duas entrevistas via meet. O roteiro obteve perguntas abertas e fechadas, todas as perguntas foram realizadas pelo pesquisador, e para a tradução das respostas, um intérprete capacitado foi convidado a participar do estudo. Todos os convidados receberam as devidas informações sobre o objetivo da pesquisa, bem como ciência das informações contidas no Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e Termo de consentimento para uso de imagem e voz, ambos foram impressos em uma via, a via assinada ficou com o entrevistador e a digitalização do documento foi enviada via WhatsApp ao entrevistado.

Para o alcance dos objetivos dessa pesquisa, foram convidadas 07 pessoas contendo grau de surdez moderada ou severa ao nascer ou adquirida até os 2 anos de vida; acima de 18 anos, de ambos os sexos, sem discriminação de orientação sexual e identidade de gênero, etnia, classes ou grupos sociais; como pode ser observado na tabela abaixo. Foram excluídos da pesquisa os indivíduos filhos de pais surdos ou que não possuem conhecimento da língua de sinais. O local definido para a realização das entrevistas presenciais foi a APADAVIX, localizada em um município de Santa Catarina. Segue abaixo a representação dos participantes deste estudo.

Tabela 1 - Caracterização dos participantes

Participante	Idade	Gênero	Escolaridade	Perda auditiva	Uso de aparelho auditivo	Trabalha ou estuda
A	34	Feminino	Superior completo	Severa	Não usa	Trabalha
B	42	Feminino	Superior completo	Mediana	Não usa	Trabalha
C	60	Feminino	Superior completo	Severa	Não usa	Trabalha
D	22	Feminino	Ensino médio completo	Severa	Usa há mais de 3 anos	Não
E	30	Feminino	Ensino médio completo	Severa	Usa há mais de 3 anos	Não
F	27	Feminino	Ensino médio completo	Severa	Não usa	Não
G	27	Feminino	Ensino médio completo	Severa	Usa há mais de 3 anos	Não

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os participantes foram selecionados a partir da indicação da intérprete do local, com base no conhecimento prévio dos participantes, dentro dos critérios pré-definidos. Ainda, quando se trata da amostra intencional, é frequente optar por especialistas, profissionais

especializados e familiarizados com o segmento da pesquisa. Essa seleção representa uma abordagem deliberada partindo do julgamento do autor, visando alcançar um resultado específico (Lakatos; Marconi, 2021).

Essa pesquisa configura-se como qualitativa. A fim de trazer os resultados de forma mais fiel possível, as respostas obtidas através da entrevista semiestruturada foram representadas por textos narrativos e analisados com base na teoria psicanalítica.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa enfrentou alguns obstáculos ao longo de sua execução, sobretudo devido à falta de espaço para pesquisas nas Associações de Surdos e outras instituições, bem como à necessidade de um público com maior nível de instrução para que os diálogos e resultados fossem suficientes para cumprir os propósitos desse estudo. Ainda, percebeu-se essa falta de abertura/interesse pelo público buscado, pois a entrevistadora não possui conhecimento pleno da Libras, e pela necessidade de um intérprete capacitado, as entrevistas ficaram mais difíceis de serem agendadas. Além disso, cabe considerar que, mesmo com a tradução desse profissional, pode haver atravessamento ou incompletude nas respostas.

Outro viés foi a necessidade de deslocamento e ajustes dos horários para as entrevistas, o que tornou a coleta de dados mais lenta. Sendo assim, uma das opções foi realizar duas entrevistas via meet, para chegar ao máximo de entrevistados propostos inicialmente (10 entrevistas), mas que, ainda assim, não foi alcançado; no total, foram realizadas 7 entrevistas. Entretanto, com os resultados obtidos foi possível cumprir com o objetivo geral e realizar a análise do problema de pesquisa, que será apresentado na sequência, organizado em quatro categorias que analisam como ocorre o processo de constituição da subjetividade na visão de indivíduos surdos, filhos de pais ouvintes, sendo: 1) O atravessamento da subjetividade da família; 2) As barreiras da linguagem no contexto social; 3) A aquisição tardia da linguagem; 4) A constituição da subjetividade do sujeito surdo: uma possível compreensão.

4.1 O ATRAVESSAMENTO DA SUBJETIVIDADE DA FAMÍLIA

A partir das entrevistas evidenciou-se que a constituição da subjetividade de cada sujeito, foi profundamente marcada pelo contexto familiar. Desde o diagnóstico, as ações das famílias se concentraram em promover a oralização e estimular o uso de aparelhos auditivos,

indicando um investimento voltado à escuta e à fala, em detrimento de outras formas de comunicação, como a língua de sinais.

Participante A: “No começo, minha família não aceitava a Libras. Não aceitavam que eu usasse sinais [...] É falta de informação da família. Seria responsabilidade da família, mas a família não dá essas informações. A gente é jogado no mundo sem saber nada.”

Participante B: “A família parece que não enxerga o surdo. É como se a gente não fosse capaz.”

Participante C: “A família, às vezes eu perguntava, perguntava, eles: “nada, nada.” Não repetiam de novo.”

Participante F: “Foi difícil. Na verdade, todo mundo oralizava, era difícil a comunicação. Era bem difícil. [...] “Eu me sentia triste às vezes também, me sentia isolada.”

Participante G: “A família tem dificuldade em aceitar. É uma família carinhosa, mas eles não aceitam muito a questão do laudo.”

Identifica-se que poucos foram os movimentos da família em aceitar o filho, ou aprender Libras para que a comunicação fosse mais efetiva e inclusiva. Os relatos seguintes também evidenciam isto: Participante G “A família tem dificuldade em aceitar. É uma família carinhosa, mas eles não aceitam muito a questão do laudo.” e Participante D “A comunicação era difícil um pouco, mas com gestos a gente conseguia se entender.”

Na relação com a família, nota-se uma constante de silenciamento e barramento do surdo ao adentrar sua própria cadeia simbólica — a língua materna de Libras, provocando uma exclusão simbólica. Os participantes citados acima relataram que os pais, por serem ouvintes e desconhecedores da Libras, não sabiam como se comunicar com os filhos.

Aulagnier (1999), destaca que, desde os primórdios da vida psíquica, o eu nasce do desejo do Outro, através do que ela chama de *ato de inscrição*. O adulto, ao endereçar palavras, ao atribuir sentidos e nomeações ao bebê, funda nele uma identidade. Nesse caso, os pais no papel do Outro, representam a realidade para a criança surda, mas a introduzem em um universo compartilhado, (ou seja, uma extensão deles mesmos, ainda numa idealização paterna/materna), no qual ela pode se reconhecer como existente para o outro, mas não para si mesma.

Lacan (1953/1998), de maneira complementar, afirma que o Ser do sujeito está no significante. A criança, para Lacan, é falada antes mesmo de nascer: ela já nasce inserida numa relação imaginária com os pais; esperada, nomeada, desejada. Entretanto, sua inscrição no registro simbólico representaria um “batismo”, em que a inserção na linguagem, faz a transposição do imaginário para o simbólico, em outros termos, ela deixa de ser imaginada pelos pais ouvintes e passa a falar por si. Nesse ponto, Aulagnier (1999) e Lacan (1953/1998)

encontram um solo comum, ressaltando que sem acesso à linguagem própria, o sujeito não se constitui plenamente.

O sujeito surdo, conhece o mundo a partir do olhar, mas os significantes representados nesse meio, só farão sentido quando esse indivíduo adquirir sua linguagem, até esse momento, somente o imaginário permeia esse sujeito, a significação é inexistente; somente quando houver compreensão na comunicação, quando tanto o sujeito surdo quanto o ouvinte falarem a mesma língua; a organização dos saberes no mundo em que ele está inserido apresentarão sentido real.

No contexto da criança surda, esse processo adquire uma complexidade particular. Se a família desconhece a língua natural da criança, neste caso, a Libras, a possibilidade de oferecer uma inscrição simbólica fica gravemente comprometida. A ausência de uma linguagem partilhada cria um vazio: a criança não encontra no Outro familiar uma confirmação de seu ser. Assim, a linguagem não é somente um instrumento de comunicação; é a própria estrutura que funda o sujeito na cultura e na família. No caso dos surdos, é vital que os pais reconheçam e se apropriem da língua da criança, para que ela possa ser reconhecida no campo do Outro, e, portanto, possa sentir-se pertencente àquele meio.

O relato dos participantes A, B, C, F e G, evidenciam que a exclusão simbólica operou não apenas pela falta de comunicação verbal, mas também pela ausência de reconhecimento de suas necessidades linguísticas e culturais. A tentativa de inclusão limitada, muitas vezes reduzida a gestos improvisados, reforça a sensação de não pertencimento, deixando cicatrizes na constituição da identidade e no processo de subjetivação.

4.2 A SUBJETIVIDADE E A LINGUAGEM NO CONTEXTO SOCIAL

Além do contexto familiar, foi observado que diversos foram os desafios dos participantes, principalmente no que diz respeito ao ensino e atividades diárias, que não alcança as necessidades dos sujeitos surdos. A não validação da criança surda, que muitas vezes é tratada apenas a partir de sua limitação auditiva, impede sua plena entrada no registro simbólico, restringindo seus recursos de acesso ao desejo e à construção de uma identidade integrada.

Os trechos abaixo representam as situações enfrentadas pelos participantes ao interagirem com o contexto social.

Participante A: ‘Era bem difícil. Com a família, com a escola... A maior dificuldade era essa falta de comunicação. Como que ia ter, se eu não ouvia nada?’

Participante B: “Era só cópia. A professora explicava e eu não entendia nada.” [...] “Precisa de intérprete no hospital, no médico, na casa, na delegacia, em vários lugares. Porque falta muita acessibilidade para o surdo.”

Participante C: “Quando eu fui fazer a carteira de motorista também, eu não conseguia entender o instrutor.”

Participante E: “Eu queria trabalhar como vendedora, mas é difícil. [...] Eu já tentei, mas é bem difícil esse sentimento.”

Participante F: “A mãe começou a me ajudar. Às vezes na loja, em lugares, ela ia junto.”

Participante G: “Ia treinando, ficava nervosa, preocupada, não conseguia me comunicar.”

A ausência de intérprete, o uso compulsório da oralização e o método de imitação labial marcaram a experiência de escolarização com sentimentos de inadequação, vergonha e inferioridade como demonstra as participantes A e B. A comunicação era unilateral e frustrante. Alguns relatam que ficavam “apenas copiando” (participante B), sem entender o conteúdo das aulas. Esses mecanismos de normatização do corpo surdo, como nomeia Foucault (1969/2012), representam formas de disciplinamento e apagamento da diferença, evidenciando a surdez não como deficiência, mas como diferença silenciada.

A ausência de significantes claros, a falta de tradução das experiências em palavras acessíveis, impede que a criança se aproprie da própria história e que conquiste uma autonomia, fazendo com que crie uma dependência de um Outro, o que pode comprometer a construção de sua identidade.

A falta de espaço ou preparo dos serviços oferecidos pela sociedade e a oralização forçada, como em: participante A “Treinávamos na frente do espelho, a professora ensinava a copiar a boca: “A”, “B” — como formar os sons.” e participante C “Eu não conseguia entender o instrutor”, mostra a imposição de um modelo normativo de sujeito ouvinte, negando a língua própria dos surdos. Isso pode ser lido pela ótica foucaultiana (1969/2012) como um discurso medicalizador e disciplinador, que patologiza a surdez e impede a constituição de uma subjetividade própria. O “surdo ideal” é aquele que se adapta ao modelo ouvinte — esse discurso produz exclusão e sofrimento psíquico.

Solé (2005), também discute sobre a importância de um espaço simbólico reconhecedor para o sujeito surdo. A ausência de Libras no meio familiar e escolar demonstra que esses sujeitos não foram reconhecidos em sua alteridade, o que compromete seu lugar enquanto sujeitos do desejo. Colocações como da participante C: “A família, às vezes, eu perguntava, perguntava, eles: “nada, nada.” Não repetiam de novo.”, apontam para uma fragilidade do narcisismo primário, na medida em que faltam espelhos simbólicos para sustentar o “eu”.

Nesse sentido, a escola, e demais locais como bancos e serviços de saúde; enquanto lugares de acesso necessários a qualquer indivíduo, devem oferecer não apenas o acesso à língua de sinais como meio de comunicação, mas também o reconhecimento da surdez como uma diferença legítima, capaz de sustentar a subjetivação da criança e do adulto no tecido social.

4.3 A SUBJETIVIDADE E AQUISIÇÃO TARDIA DE LIBRAS

Em quase todos os relatos, a surdez surgiu na infância por causas patológicas, como meningite ou rubéola congênita, o que implicou em uma descoberta tardia por parte da família. Muitos relataram que os pais não perceberam de imediato a ausência de audição, sendo o diagnóstico confirmado somente após investigações médicas. Tal atraso, produziu uma falha inicial na relação imaginária entre mãe-bebê, essencial para a constituição psíquica. Os trechos abaixo representam a percepção e/ou aceitação da surdez, apesar da aquisição tardia da Libras.

Participante A: “Eu perdi a audição com 2 anos por causa de meningite.” [...] “Aprendi Libras com 11 anos. Eu nunca esqueço esse momento. Era como se eu estivesse ouvindo pela primeira vez.”

Participante B: “Minha mãe teve rubéola na gravidez e eu já nasci surda.”

Participante C: “Só fui perceber mesmo que não ouvia direito quando o rádio parou de fazer sentido... achei que estava quebrado.”

Participante D: “Ser surdo é normal. Não tenho vergonha. É quem eu sou.”

Participante F: “No começo eu tinha vergonha. Achava que era errada. Depois me vi neles.”

O ponto de virada subjetiva para muitos participantes foi o contato com a língua de sinais. O aprendizado da Libras, ainda que tardio, como citado pelos participantes: participante D “Comecei a aprender com seis anos. Na escola, ficava na sala de recursos.”, participante E: “Quando eu cresci, eu fui com quatro anos. O pai começou a fazer curso de libras.”, participante F: “Com dezoito, dezenove.” e participante G: “Dez anos, quando comecei a vir pra cá (Apadavix).” é narrado como o momento em que os sujeitos se aceitaram, se reconheceram ou, como diz a participante A: “foi como se eu estivesse ouvindo pela primeira vez”.

Para a psicanálise, a linguagem é mais do que um jeito de se comunicar, ela é aquilo que forma o sujeito, ou seja, aquilo que faz com que ele se reconheça como alguém, com desejos, emoções, ideias e uma história. Quando a criança surda não tem acesso a Libras desde cedo, ela perde um tempo precioso de construção da subjetividade, do pensamento e do vínculo com o outro. Isso pode gerar prejuízos emocionais, cognitivos e sociais.

Anzieu (1985/2018) e Dolto (1971-1973/2020) contribuem com a teoria ressaltando que o bebê escuta com o corpo antes mesmo de falar. Defendendo que a criança sempre entende

algo do mundo, mesmo que não fale. Mas para que isso aconteça, alguém precisa falar com ela, dar sentido ao que ela sente e vive. No caso da criança surda, se ninguém fala com ela numa língua que ela possa compreender (como a Libras), o mundo fica sem sentido. Ela pode começar a se sentir excluída, “errada” ou “burra”, mesmo sem saber o porquê.

A entrada na comunidade surda e o encontro com os pares possibilitam a identificação com o tal semelhante surdo, inversamente ao “estádio do espelho” de Lacan (1949/1998), no qual, neste, o sujeito se desconhece e desprende do outro (familiar ouvinte) e organiza sua própria imagem corporal, e sua linguagem, sua comunicação. A Libras funciona aqui como nó na cadeia significante, que permite a inscrição do sujeito no campo da linguagem, e, portanto, da subjetividade.

Em síntese, os participantes revelam que a subjetividade dos surdos filhos de pais ouvintes é atravessada por marcas de exclusão linguística, falhas no reconhecimento simbólico e reconstruções identitárias mediadas pela língua de sinais e pela coletividade. A surdez, mais do que uma condição fisiológica, emerge como um lugar discursivo em disputa, onde o sujeito só pode se inscrever se houver linguagem que o acolha, e um Outro que o deseje.

A aquisição da Libras desde a infância, é fundamental para que a criança surda se constitua como sujeito: que se sinta amada, pertencente, compreendida e capaz. Quando esse acesso é negado ou chega tarde, os efeitos não são apenas linguísticos — são subjetivos, emocionais e sociais. A psicanálise, especialmente com Dolto (1971/2020), Winnicott (1964/2020) e Solé (2005), nos ensinam que é preciso haver um Outro que olhe, escute e nomeie a criança em sua diferença. E esse gesto só é possível se a Libras estiver presente desde o início.

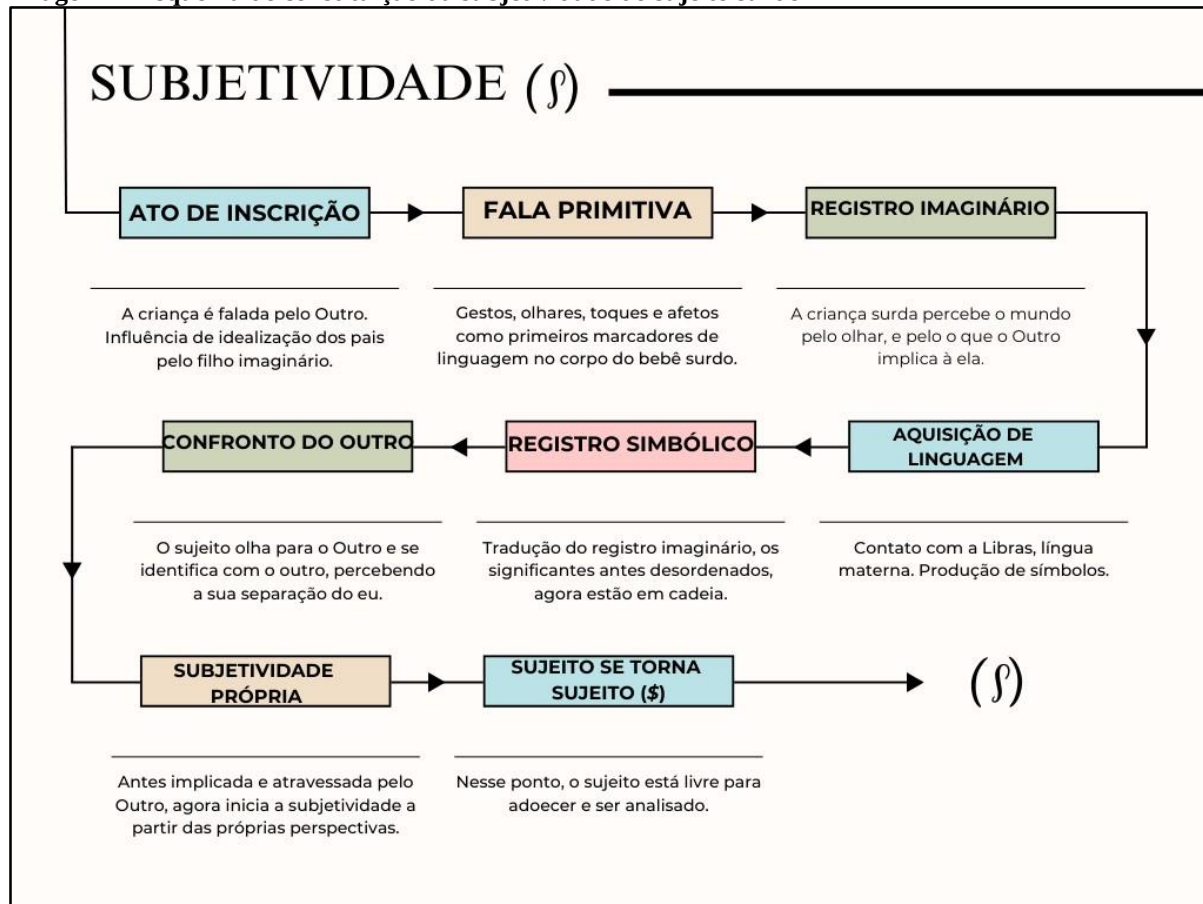
4.4 A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE DO SUJEITO SURDO: UMA POSSÍVEL COMPREENSÃO

De forma a contemplar todo conteúdo expresso pelos participantes e também na teoria psicanalítica buscada, foi construído um esquema explicando o processo de constituição da subjetividade do sujeito surdo, conforme a imagem logo abaixo. É criado também o símbolo para a subjetividade, representado por um “s” cursivo: (*S*), com traços fluídos e em devir, que representa o sujeito em processo, onde se pretende marcar ele em movimento.

A subjetividade não nasce pronta. Ela se constrói ao longo do tempo e nunca se encerra, em relação com o ambiente e, principalmente, a partir da entrada do sujeito na linguagem. Na psicanálise, especialmente em Lacan (1953/1998), esse processo envolve o encontro com o Outro, o campo simbólico da linguagem, do desejo e das leis da cultura. No caso da criança

surda, essa trajetória passa por um caminho muito próprio, pois sua relação com a linguagem depende totalmente do acesso a Libras, sua língua materna.

Imagem 1- Esquema de constituição da subjetividade do sujeito surdo



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

O processo começa com o ato de inscrição. Desde o nascimento, a criança é marcada por aquilo que o Outro espera e diz sobre ela. Mesmo antes de qualquer palavra, ela já é falada, nomeada, inserida no discurso. Essa fala não é apenas verbal, é uma antecipação de idealização: a criança é sonhada, idealizada, colocada no lugar de um filho “ideal”. Como nos lembra Dolto (1971/2020), o bebê é sujeito de desejo antes mesmo de falar, e essa nomeação precoce é o que lhe permite existir simbolicamente. Quando a surdez é diagnosticada, esse processo pode sofrer rupturas, pois os pais, ao se confrontarem com a diferença, tendem a se afastar da idealização inicial — e com isso, muitas vezes, deixam de falar à criança na linguagem que ela pode compreender.

Na sequência, temos a fala primitiva, composta de olhares, toques, gestos e tons emocionais. É através dessas trocas que a criança, mesmo surda, percebe que há sentido nos vínculos com os que a cercam. Para Dolto (1971/2020), o corpo fala e escuta desde o início.

Esse momento é vital, pois constitui as bases do reconhecimento. Quando os adultos reconhecem que há uma criança ali, que responde, que se comunica, mesmo sem palavras sonoras, isso possibilita que ela entre no campo da linguagem de maneira não traumática.

Seguindo o esquema, entramos no registro imaginário, onde a criança começa a construir imagens de si mesma a partir do olhar do outro (com “o” minúsculo, ou seja, os cuidadores). Para Lacan (1954/2009), é através desse espelho, literal ou fictício, que ela forma o “eu”. No caso da criança surda, esse olhar pode ser atravessado por rejeição, silêncio ou angústia, caso os cuidadores não saibam como se comunicar, como se colocarem emocionalmente diante dessa criança. Nesse ponto, Solé (2005) alerta que a ausência de acesso a Libras impede a criança de se ver como pertencente, ela se sente excluída da linguagem e, por isso, do mundo.

É por isso que a aquisição da linguagem em Libras é decisiva. Quando a criança tem acesso à sua língua materna, visual e gestual, ela pode, enfim, representar o mundo e a si mesma. Esse contato permite a entrada apropriada no campo da linguagem, onde os significantes não estão mais isolados, mas organizados numa cadeia de sentido. Aqui está o registro simbólico, que Lacan (1936-1966/1998) define como o campo da linguagem e da lei. A criança deixa de depender apenas da imagem e começa a simbolizar, falar, comunicar, manifestar algo que é dela.

Nesse ponto, acontece o confronto com o Outro: o sujeito percebe que o Outro (a linguagem, a cultura, os que o rodeiam) tem seus próprios desejos, e que ele não é tudo para esse Outro. Essa separação é fundamental, por possibilitar o surgimento do sujeito como diferente, como alguém com sua própria perspectiva. O sujeito começa a se ver como não idêntico ao outro e passa a se perguntar quem é, e nasce aí o desejo de saber.

Com isso, inicia-se a subjetividade própria. O sujeito, antes colado às imagens e às demandas do Outro, agora passa a criar sua história com mais liberdade. A subjetividade se desloca do campo da alienação e começa a ser produzida a partir de uma posição singular. Esse é o momento em que, segundo Solé (2005), o sujeito surdo pode se afirmar: “sou surdo”, não como falta, mas como diferença, como excêntrico.

Por fim, chegamos ao ponto em que o sujeito se torna sujeito: capaz de se responsabilizar por sua história, de desejar, de sofrer, de amar, de simbolizar o que o afeta. Aqui, ele pode ser analisado, ou seja, pode produzir discurso sobre si mesmo. Esse sujeito é representado pelo cifrão (\$) em Lacan (1955/1998), indicando que todo sujeito é dividido, faltante, atravessado pela linguagem. Mas, nesse esquema, esse processo culmina na subjetividade ($\mathcal{S}$), que não é uma essência, mas uma conquista: o resultado da travessia por todos esses registros.

A subjetividade do sujeito surdo, portanto, depende não da audição, mas do acesso à linguagem e do reconhecimento de sua diferença. Quando há fala (mesmo não verbal), inscrição simbólica, e presença do Outro que acolhe, a surdez não é obstáculo, é apenas uma das vias possíveis de ser sujeito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa revelou de forma contundente os efeitos da exclusão linguística e simbólica vivida por sujeitos surdos filhos de pais ouvintes, apontando como essa condição afeta diretamente o processo de constituição da subjetividade. As entrevistas revisitaram experiências marcadas por silenciamentos, não reconhecimento e atrasos na inserção da Libras, o que comprometeu o acesso à linguagem, elemento essencial na formação do sujeito, conforme os referenciais psicanalíticos utilizados.

A ausência da Libras nos contextos familiares e escolares representou um entrave à inscrição simbólica dos sujeitos surdos, dificultando o reconhecimento de si e do outro. A tentativa de adaptação ao modelo ouvinte, muitas vezes reforçada por práticas medicalizantes e disciplinadoras, revelou-se não apenas ineficaz, mas geradora de sofrimento psíquico. Ao contrário, o contato com a comunidade surda e a aquisição da Libras, ainda que tardios, mostraram-se momentos decisivos de virada subjetiva, em que os sujeitos puderam, finalmente, encontrar sentido, pertencimento e um lugar de fala.

A partir da articulação entre teoria e os resultados das entrevistas, compreende-se que a constituição da subjetividade do sujeito surdo exige não apenas a presença de um Outro que o deseje, mas que o reconheça em sua diferença, o que implica acolher e ofertar a Libras desde os primeiros anos de vida. Mais do que uma questão de acessibilidade, trata-se de uma exigência ética e subjetiva. Somente através do acesso à sua língua mãe, o sujeito surdo poderá entrar verdadeiramente no campo do simbólico, nomear-se, desejar e ser desejado.

Como sugestão de pesquisa, preocupa-se com a qualidade do acompanhamento pré-natal, principalmente em grupos de maior vulnerabilidade, visto que, a maioria dos casos de surdez foram causados pela gestante ou recém-nascidos terem sido acometidos por rubéola, ou meningite, sendo doenças para as quais o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece vacinação. Sugere-se também, o aprendizado da Libras por parte dos pesquisadores que se interessarem sobre pesquisas na comunidade surda e com o sujeito ali presente, como forma de aproximação e identificação de um outro a outro.

Em suma, a surdez, longe de ser uma deficiência, é uma diferença que clama por reconhecimento simbólico. A Libras, nesse cenário, emerge como operador fundamental da subjetivação, sendo condição de possibilidade para que o sujeito surdo possa existir na linguagem, na cultura e na própria história. Essa constatação exige uma reconfiguração das práticas familiares, educacionais e institucionais, à luz de uma escuta que não apenas ouve sons, mas reconhece sentidos.

REFERÊNCIAS

ANZIEU, D. **O Eu-pele (1985-1989)**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2018.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. Editora Atlas, 2004.

AULAGNIER, Pierra. **Nascimento de um corpo, origem de uma história**. September 1999. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental 2(3):9-45 2(3):9-45. Acesso em: 30/07/24. Acesso em: 20/06/24. Disponível em: <https://encurtador.com.br/lmlAZ>. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. **LEI n.º 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

DOLTO, Françoise. **A imagem inconsciente do corpo (1971-1973)**. São Paulo: Editora perspectiva, 2020.

FIGUEIREDO, A. M. B.; *et al.* **Pesquisa científica e trabalhos acadêmicos**. 2. ed. revisada. - Chapecó: Uceff, 2014.

FREUD, S. **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914)**. Sigmund Freud; tradução e notas Paulo César de Souza - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas (1966)**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber (1969)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2022.

GONÇALVES, A. F. **Surdez e produção de subjetividade: o discurso de surdos e surdas sobre seus processos de escolarização**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29612>. Acesso em: 15 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa**
ANAIS de Psicologia, UCEFF
V. 4. n. 1 – 2026/1

Nacional de Saúde 2021: deficiência auditiva. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/deficiencia-auditiva>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LACAN, J. **O Seminário, livro 1:** os escritos técnicos de Freud, (1953-1954). Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LACAN, J. **O Seminário, livro 2:** O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise (1954-1955). Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LACAN, J. **O Seminário, livro 23:** o sinthoma (1975). Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LACAN, J. **Os Escritos** (1936-1966). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa**. 9 ed. São Paulo: Atlas 2021.

MCDUGALL, J. **O divã de procusto**. 1. ed. São Paulo: Grupo A - Educação SA, 1991.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10**. 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório sobre a deficiência auditiva: estatísticas e estratégias de intervenção**. Genebra: OMS, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/deficiencia-auditiva>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PERLIN, G; STROBEL, K. **História cultural dos surdos: desafio contemporâneo**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p.17-31, 2014. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=20&idart=398>. Acesso em: 16 nov. 2024.

POKORSKI, M. M. W. F.; POKORSKI, L. A. F. A linguagem constituinte do ser humano. **Estudo de Psicanálise**, Belo Horizonte, nº 38, p. 97-104, dezembro, 2012. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372012000200011 Acesso em: 08 set. 2024.

REY, F. L. G. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

SALES, L. S. A falta no outro como subversão da estrutura na teoria lacaniana. **Psicologia em Estudo**, Minas Gerais, v. 15, n. 1, p. 198–203, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/fcncxbQnjQmMMhBkKD8bhfN/#>. Acesso em: 01 set. 2024

SANTOS, V. L. C. dos. **A opinião de pais ouvintes e filhos surdos sobre a língua de sinais**. 2009. 122f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização) – Faculdade Santa Helena, Recife, 2009. Disponível em: <http://www.suvag.org.br/arquivos/vlcs.pdf> Acesso em: 18 maio 2024.

SAUSURRE, F. de. **Curso de linguística geral (1916)**. São Paulo: Cultrix: 2015.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

SOLÉ, M. C. P. **O sujeito surdo e a psicanálise: uma outra via de escuta (1916)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Completas – Fundamentos de Defectologia**. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1995.

WINNICOTT, D. W. **Bebês e suas mães (1964)**. São Paulo: Ubu, 2020.